

CLIPPING IMPRESSO

22/03/2022



INDICE

1. JORNAL O DEBATE	
1.1. DESEMBARGADOR.....	1
2. JORNAL O PROGRESSO	
2.1. CNJ.....	2
2.2. DESEMBARGADOR.....	3 - 4
3. JORNAL PEQUENO	
3.1. DESEMBARGADOR.....	5 - 6
4. O GLOBO	
4.1. INSTITUCIONAL.....	7

MPMA e parceiros realizam seminário sobre arborização urbana

Foi aberto na manhã desta segunda-feira, 21, o seminário “Arborização urbana e árvores centenárias no Município de São Luís”, realizado pelo Ministério Público do Maranhão, por meio da Escola Superior (ESMPMA), em parceria com o Fórum Estadual de Educação Ambiental do Maranhão, Escola Ambiental do Maranhão e o Instituto Municipal de Paisagem Urbana de São Luís (IMPUR).

O procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, deu as boas-vindas aos participantes da atividade, que acompanharam as discussões de forma presencial, no auditório do Colégio de Procuradores de Justiça da PGJ, e de forma on-line, pelo portal da ESMP no Youtube.

O chefe do Ministério Público do Maranhão ressaltou a importância do trabalho de arborização na cidade de São Luís, principalmente de preservação das árvores centenárias, favorecendo a melhoria da qualidade de vida da população. “São Luís é uma cidade histórica e que merece ser bem conservada e bem tratada. Nós temos que cuidar muito bem do nosso patrimônio ambiental”, reforçou.

Manifestaram-se, ainda, para enfatizar a relevância da temática abordada a presidente da Comissão de Gestão Ambiental do MPMA, procuradora de justiça Mariléa Campos dos Santos Costa, a desembargadora Francisca Galiza, que representou o Núcleo Socioambiental do Tribunal de Justiça do Maranhão, o presidente do Impur, Walber da Silva Pereira Filho, a coordenadora da Escola Ambiental do Maranhão, Kricielle Muniz.

Também participaram dos debates o promotor de justiça Cláudio Rebêlo, titular da 2ª Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de São Luís, e o presidente do Fórum Estadual de Educação Ambiental, Sálvio Dino Júnior.

A diretora da ESMP, Karla Adriana Farias Vieira, explicou a metodologia do seminário, que terá culminância com a capacitação de agentes jovens ambientais para a realização do trabalho de campo de catalogar e inventariar as árvores centenárias de São Luís. “Só conseguiremos fazer bem o trabalho de cuidar do nosso patrimônio ambiental conhecendo com detalhes a realidade. Daí a necessidade desse diagnóstico, para, a partir dele, preservarmos as árvores existentes e promovermos a arborização com mais eficiência”, afirmou.

Magistrados participam de Reunião sobre Monitoração Eletrônica Criminal

Divulgação: CNJ



O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em parceria com o Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNUD), o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC)

e o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), realizará a 1ª Reunião Técnica sobre Monitoração Eletrônica Criminal, no âmbito das magistraturas estaduais, e convidou os juízes e juízas que atuam na

área de monitoração eletrônica nos estados do Mato Grosso do Sul, Maranhão, Pará, Piauí e Sergipe para participarem da referida reunião, a ser realizada nesta quinta-feira, 24 de março, às 10h (horário de Brasília).

O objetivo da reunião é apresentar a Resolução CNJ nº 412/2021, que estabeleceu diretrizes e procedimentos para a aplicação e o acompanhamento da medida de monitoração eletrônica de pessoas, a fim de sanar possíveis dúvidas sobre normativa e auxiliar os tribunais de justiça quanto a sua implementação no estado.

Participarão desse encontro integrantes do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema Socioeducativo do CNJ e da Coordenação do Programa Fazendo Justiça (CNJ/PNUD). *(Ascom/TJMA)*

MPMA e parceiros realizam seminário sobre arborização urbana



Atividade reuniu autoridades da área ambiental

Foi aberto na manhã desta segunda-feira, 21, o seminário “Arborização urbana e árvores centenárias no Município de São Luís”, realizado pelo Ministério Público do Maranhão, por meio da Escola Superior (ESMPMA), em parceria com o Fórum Estadual de Educação Ambiental do Maranhão, Escola Ambiental do Maranhão e o Instituto Municipal de Paisagem Urbana de São Luís (IMPUR).

O procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, deu as boas-vindas aos participantes da atividade, que acompanharam as discussões de forma presencial, no auditório do Colégio de Procuradores de Justiça da PGJ, e de forma on-line, pelo portal da ESMP no Youtube.

O chefe do Ministério Público do Maranhão ressaltou a importância do trabalho de arborização na cidade de São Luís, principalmente de preservação das árvores cente-

nárias, favorecendo a melhoria da qualidade de vida da população. “São Luís é uma cidade histórica e que merece ser bem conservada e bem tratada. Nós temos que cuidar muito bem do nosso patrimônio ambiental”, reforçou.

Manifestaram-se, ainda, para enfatizar a relevância da temática abordada a presidente da Comissão de Gestão Ambiental do MPMA, procuradora de justiça Mariléa Campos dos Santos Costa, a desembargadora Francisca Galiza, que representou o Núcleo Socioambiental do Tribunal de Justiça do Maranhão, o presidente do Impur, Walber da Silva Pereira Filho, a coordenadora da Escola Ambiental do Maranhão, Kricielle Muniz.

Também participaram dos debates o promotor de justiça Cláudio Rebêlo, titular da 2ª Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de São Luís, e o presidente do Fórum Estadual de Educação Ambiental, Sálvio Dino Júnior.

A diretora da ESMP, Karla Adriana Farias Vieira, explicou a metodologia do seminário, que terá culminância com a capacitação de agentes jovens ambientais para a realização do trabalho de campo de catalogar e inventariar as árvores centenárias de São Luís. “Só conseguiremos fazer bem o trabalho de cuidar do nosso patrimônio ambiental conhecendo com detalhes a realidade. Daí a necessidade desse diagnóstico, para, a partir dele, preservarmos as árvores existentes e promovermos a arborização com mais eficiência”, afirmou.

PALESTRAS

Como parte da programação do seminário, o promotor de justiça Fernando Barreto Júnior, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e coordenador do Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural do MPMA, ministrou a palestra



Eduardo Nicolau abriu o treinamento

intitulada “O tombamento dos bens da natureza”.

O membro do Ministério Público discorreu sobre os diversos códigos florestais aprovados no país, desde o de 1934, até o de 2012, que dispõem sobre a proteção da vegetação nativa.

Em seguida, a professora do Departamento de Fitotecnia e Fitossanidade da Universidade Estadual do Maranhão Ariadne Enes Rocha, que tem doutorado em Agronomia, abordou o tema “Arborização Urbana”.

A professora destacou que

a efetivação de um projeto de arborização está em consonância do objetivo de desenvolvimento sustentável nº 11 da ONU, que busca tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. (CCOM-MPMA)

MPMA e parceiros realizam seminário sobre arborização urbana

DIVULGAÇÃO

Foi aberto, na manhã dessa segunda-feira (21), o seminário “Arborização urbana e árvores centenárias no Município de São Luís”, realizado pelo Ministério Público do Maranhão, por meio da Escola Superior do Maranhão, em parceria com o Fórum Estadual de Educação Ambiental do Maranhão, Escola Ambiental do Maranhão e o Instituto Municipal de Paisagem Urbana de São Luís (Impur).

O procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, deu as boas-vindas aos participantes da atividade, que acompanharam as discussões de forma presencial, no auditório do Colégio de Procuradores de Justiça da PGJ, e de forma on-line, pelo portal da ESMP no Youtube.

O chefe do Ministério Público do Maranhão ressaltou a importância do trabalho de arborização na cidade de São Luís, principalmente de preservação das árvores centenárias, favorecendo a melhoria da qualidade de vida da população. “São Luís é uma cidade histórica e que merece ser bem conservada e bem tratada. Nós temos que cuidar muito bem do nosso patrimônio ambiental”, reforçou.

Manifestaram-se, ainda, para enfatizar a relevância da temática abordada a presidente da Comissão de Gestão Ambiental do MPMA, procuradora de justiça Mariléa Campos dos Santos Costa, a desembargadora Francisca Galiza, que representou o Núcleo Socioambiental do Tribunal de Justiça do Maranhão, o presidente do Impur, Walber da Silva Pereira Filho, a coordenadora da Escola Ambiental do Maranhão, Kricielle Muniz. Também participaram dos debates o promotor de justiça Cláudio Rebêlo, titular



Seminário foi coordenado pelo procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau

da 2ª Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de São Luís, e o presidente do Fórum Estadual de Educação Ambiental, Sálvio Dino Júnior.

A diretora da ESMP, Karla Adriana Farias Vieira, explicou a metodologia do seminário, que terá culminância com a capacitação de agentes jovens ambientais para a realização do trabalho de campo de catalogar e inventariar as árvores centenárias de São Luís. “Só conseguiremos fazer bem o trabalho de cuidar do nosso patrimônio ambiental conhecendo com detalhes a realidade. Daí a necessidade desse diagnóstico, para, a partir dele, preservarmos as árvores existentes e promovermos a arborização com mais eficiência”, afirmou.

PALESTRAS

Como parte da programação do seminário, o promotor de justiça Fernando Barreto Júnior, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa

do Meio Ambiente e coordenador do Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural do MPMA, ministrou a palestra intitulada “O tombamento dos bens da natureza”. O membro do Ministério Público discorreu sobre os diversos códigos florestais aprovados no país, desde o de 1934, até o de 2012, que dispõem sobre a proteção da vegetação nativa.

Em seguida, a professora do Departamento de Fitotecnia e Fitossanidade da Universidade Estadual do Maranhão Ariadne Enes Rocha, que tem doutorado em Agronomia, abordou o tema “Arborização Urbana”.

A professora destacou que a efetivação de um projeto de arborização está em consonância do objetivo de desenvolvimento sustentável nº 11 da ONU, que busca tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.



Desafio

Ao tomar posse na presidência da Academia Maranhense de Letras, quinta-feira (17), o desembargador Lourival Serejo disse que os avanços tecnológicos são os maiores desafios para os intelectuais, pois, ao mesmo tempo que ajudam na difusão dos seus trabalhos, dificultam o acesso à leitura pelos mais jovens que se veem mais atraídos pelos aplicativos e deixam de ler conteúdos de qualidade que possam servir para formação moral e intelectual. Não condena, apenas acha que é preciso adaptação aos novos tempos.;

 ARTIGO

Judiciário brasileiro pelos direitos humanos



LUIZ FUX

Os dias atuais evidenciam, de forma incontestável e em tempo real, que a perspectiva de futuro coletivo exige a supremacia de uma cultura de direitos humanos enquanto valor essencial. Seja na proteção a vidas no contexto desafiador da pandemia e no acirramento de conflitos armados, seja em defesa de grupos em situação de vulnerabilidade e em defesa do meio ambiente, ou ainda na reafirmação do Estado de Direito em contraponto a arbítrios. Trabalhar pela integridade de direitos é agenda permanente e prioritária.

Tanto por sua capacidade decisória pautada no primado do Direito, como por institucionalizar a cultura do argumento como medida de respeito ao ser humano, o Poder Judiciário tem absoluta relevância na salvaguarda de direitos enquanto valor fundamental. Atentos a essa responsabilidade, lançamos hoje o Pacto Nacional do Judiciário pelos Direitos Humanos, agenda que mobilizará magistradas e magistrados para uma prestação jurisdicional orientada à implementação de parâmetros protetivos constitucionais e internacionais em direitos humanos.

O Pacto é inspirado na Recomendação do

Conselho Nacional de Justiça (CNJ) 123/2022, que conclama os órgãos do Poder Judiciário a observar os tratados internacionais de direitos humanos em vigor no país e o uso da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, aplicando o controle

Pacto mobilizará magistradas e magistrados para uma prestação jurisdicional orientada à implementação de parâmetros protetivos

de convencionalidade para garantir a harmonia entre o Direito interno e os compromissos internacionais assumidos pelo país. Entre as ações iniciais previstas no Pacto, estão a inclusão da disciplina de direitos humanos em editais de concurso para ingresso na magistratura, o fomento a capacitações em direitos humanos e controle de convencionalidade, a publicação de cadernos jurisprudenciais do Supremo Tribunal Federal em temas como direitos humanos das mulheres, das pessoas LGBTI, dos povos indígenas, da população afrodescendente e das pessoas privadas de liberdade, e um concurso de decisões judiciais e acórdãos em direitos humanos, já em andamento.

Historicamente, o Judiciário brasileiro tem assumido a relevante missão de fomentar a cultura e a consciência de direitos e a supremacia constitucional, tendo seus julgados a força catalisadora de transformar

legislações e políticas públicas, contribuindo para o avanço na proteção dos direitos humanos. À parte de diversas ações em andamento no CNJ para o reforço desse papel, incluindo o Observatório de Direitos Humanos e o Observatório do Meio Ambiente e de Mudanças Climáticas, o alinhamento ao Direito Internacional para potencializar a vocação do Judiciário enquanto garantidor de direitos ganhou especial reforço em 2021, com a criação da Unidade de Monitoramento e Fiscalização das Decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos no âmbito do CNJ, principal referência desta iniciativa que agora lançamos.

Direitos humanos, democracia e Estado de Direito demandam um Poder Judiciário independente e orientado à proteção dos valores e dos princípios constitucionais, com destaque ao princípio da prevalência da dignidade humana. O combate à cultura de violação e negação a direitos requer como resposta a cultura da proteção e afirmação de direitos. Um Judiciário vocacionado à proteção e à promoção dos direitos humanos mostra-se essencial à construção de sociedades mais justas, livres, pacíficas, sustentáveis e resilientes, em que cada ser humano seja livre e igual, em dignidade, direitos e respeito.



Luiz Fux é presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça